

5.1.21. Função Trabalho

Nos últimos anos, o nível de emprego formal celetista vem evoluindo de maneira bastante significativa. Em 2009, seguindo essa linha de crescimento, foram gerados cerca de 995.110 empregos celetistas, mesmo com os efeitos da crise financeira internacional. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2003 a 2009 foram criados cerca de 11,8 milhões de empregos formais. A taxa de desemprego no Brasil, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apresentou declínio entre 2007 e 2008, ao passar de 8,1% para 7,1%, atingindo o menor patamar da década. Em paralelo, foram incluídos no mercado de trabalho formal, em 2009, 588.680 trabalhadores na área urbana e 98.431 trabalhadores rurais que estavam laborando sem carteira assinada. Além disso, foram libertados 3.571 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão e 26.403 pessoas com deficiência foram inseridas pela ação da fiscalização do trabalho, ultrapassando a barreira de 100 mil trabalhadores

com deficiência inseridas no período de janeiro de 2005 até dezembro de 2009. No ano, foram qualificados cerca de 95 mil trabalhadores, sendo que quase metade proveniente do Programa Bolsa Família. Já o volume de recursos para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial aumentou significativamente, devido ao aumento do salário mínimo e aos efeitos da crise internacional. O sistema para a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, passou por evoluções tecnológicas, de forma a promover uma maior segurança e melhorar o relacionamento com o cidadão.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento também expandiu suas atividades, implantando novos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES – e qualificando um número maior de agentes para acompanhar e apoiar empreendimentos econômicos solidários, ampliando o escopo de trabalhadores atingidos pelo programa.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO: TRABALHO – 2005 A 2009

TRABALHO	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	12.664.594.478	16.520.562.730	19.719.232.002	21.666.166.448	27.265.641.706	97.836.197.364

Fonte: Siafi Gerencial

FUNÇÃO: TRABALHO - EMPENHOS LIQUIDOS - 2005 A 2009

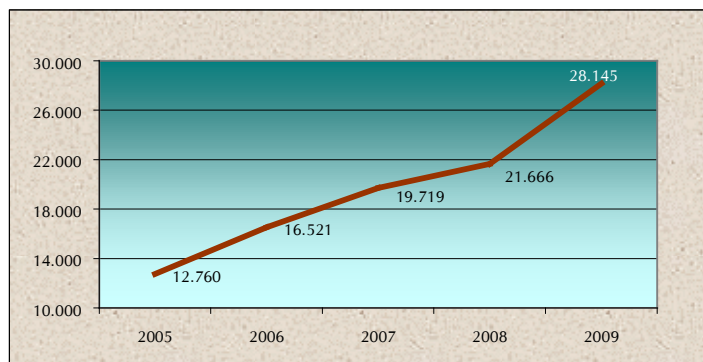
em R\$ mil

Subfunção	2005	2006	(%)	2007	(%)	2008	(%)	2009
122 ADMINISTRACAO GERAL	824.637	932.706	13%	1.044.496	27%	200.898	-76%	171.543
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	88.019	219.917	150%	225.973	157%	172.090	96%	72.975
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	20.698	20.880	1%	23.489	13%	17.278	-17%	23.370
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	92.465	72.060	-22%	60.744	-34%	56.309	-39%	64.890
301 ATENCAO BASICA	17.281	12.603	-27%	15.595	-10%	14.285	-17%	16.897
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	11.877	11.645	-2%	11.794	-1%	0	-100%	0
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	11.409.903	14.955.217	31%	17.989.349	58%	20.726.204	82%	27.171.792
332 RELACOES DE TRABALHO	6.956	10.525	51%	12.806	84%	16.989	144%	11.926
333 EMPREGABILIDADE	264.893	263.091	-1%	287.112	8%	240.692	-9%	247.669
334 FOMENTO AO TRABALHO	7.994	7.295	-9%	25.338	217%	18.277	129%	26.904
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	0	0	-	0	-	120.213	-	317.709
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	7.043	7.848	11%	11.787	67%	11.371	61%	11.439
TOTAL DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES	12.751.767	16.513.787	30%	19.708.482	55%	21.594.607	69%	28.137.113
TOTAL GERAL DA FUNÇÃO	12.759.749	16.520.563	29%	19.719.232	55%	21.666.166	70%	28.144.812

Observação: Variações referem-se ao ano de 2005

Fonte: SIAFI

EVOLUÇÃO DO EMPENHO LÍQUIDO DA FUNÇÃO TRABALHO (EM R\$ MILHÕES)



Resultados Alcançados Por Programas Estruturantes no Âmbito da Função Trabalho

Programa Rede de Proteção ao Trabalho

O programa Rede de Proteção ao Trabalho, integrante do Plano Plurianual 2008-2011, tem como objetivo reduzir a precariedade das relações de trabalho. Para alcançar este objetivo, um conjunto de ações de inspeção do trabalho integra o programa, das quais merecem destaque: “Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS”; “Fiscalização do Trabalho no Campo”; “Inserção de Aprendizizes no Mercado de Trabalho” e “Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho”.

O indicador do programa é *Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados*, relação percentual entre o número de itens da legislação trabalhista irregulares regularizados na ação fiscal e o número de itens da legislação trabalhista encontrados pela fiscalização em situação irregular. Em 2009 o índice final apurado foi 81,43%, quando o índice previsto era 90,50%. Cumpre registrar que a série histórica deste índice gira em torno de 86%. A fiscalização do trabalho, devido a alterações legislativas, teve que alterar o foco de suas ações, priorizando as empresas de médio e grande porte com indícios de irregularidades. Assim, a possibilidade de alcançar o índice previsto tornou-se difícil, pois nem sempre se consegue eliminar as situações irregulares encontradas, sendo necessária a lavratura de autos de infração e de notificações de débitos.

O MTE, por intermédio da Auditoria Fiscal do Trabalho, atuou para incluir, no mercado de trabalho formal, milhares de trabalhadores em 2009. Entre janeiro e dezembro, mais de meio milhão de trabalhadores (588.680 - soma dos resultados alcançados nas duas primeiras ações citadas no primeiro parágrafo) foram registrados sob ação fiscal, o que representou 38,3% do total de empregos gerados no período, segundo o CAGED. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seus vínculos de emprego formalizados.

A maior presença fiscal no campo pode ser medida pela ampliação dos vínculos trabalhistas formalizados. Entre janeiro e dezembro, a auditoria trabalhista registrou, sob ação fiscal, 98.431 trabalhadores rurais. A maior presença da auditoria trabalhista no campo estimula o cumprimento voluntário da legislação trabalhista e contribui para inibir a prática de submeter trabalhadores à condição análoga a de escravo.

A formalização do vínculo empregatício assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas e previdenciários, com grande impacto em sua renda, pois há o depósito mensal do FGTS em sua conta vinculada, recolhimento da contribuição previdenciária, pagamento de décimo terceiro salário, férias, repouso semanal remunerado, entre outros direitos. Além desses benefícios diretos, o esforço da fiscalização implica um aumento da arrecadação,

principalmente no que diz respeito ao FGTS, contribuição previdenciária e salário educação.

A inspeção verificou, de janeiro a dezembro, a arrecadação ao FGTS em 224.954 empresas. A presença fiscal nas empresas resultou em mais de um bilhão e quatrocentos milhões de reais (R\$ 1.474.392.000,00), entre valores notificados e recolhidos sob ação fiscal. O número de notificações de débito emitidas foi de 13.880.

O aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho via fiscalização do cumprimento de cotas legais para aprendizizes nas empresas manteve-se como objetivo da auditoria trabalhista em 2009. Até dezembro, 68.926 aprendizizes foram inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho.

A fiscalização do cumprimento da cota de pessoas com deficiência possibilitou, em 2009, a inserção no mercado de trabalho de 26.403 pessoas com deficiência nas empresas com 100 ou mais empregados fiscalizadas com este fim. No período de janeiro de 2005 até dezembro de 2009, o MTE ultrapassou a barreira de 100 mil trabalhadores com deficiência inseridos no mercado formal pela inspeção do trabalho (107.325).

O projeto piloto de incentivo à aprendizagem de pessoas com deficiência é um dos eixos da estratégia do MTE para elevar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Integrante da agenda social do Governo Federal, o projeto tem como objetivo a ampliação da participação de pessoas com deficiência em programa de capacitação profissional pelo instituto da aprendizagem. Cabe ressaltar que a falta de capacitação profissional adequada é o principal argumento evocado por empregadores para a não integralização das cotas para pessoas com deficiência.

VALORES EMPENHADOS PROGRAMA REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO 2005/2009

em R\$ milhões					
2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
20,86	19,83	19,39	20,25	25,20	105,53

Fonte: SIGPlan

Erradicação do Trabalho Escravo

O programa Erradicação do Trabalho Escravo, integrante do Plano Plurianual 2008-2011 tem como objetivo erradicar a prática de exploração do trabalho escravo no país.

O indicador do programa é *Número de Trabalhadores Libertados*. Em 2009, foram 3.571 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, superando o número previsto para o ano (3.000).

De janeiro a dezembro de 2009, a auditoria trabalhista realizou 141 operações específicas de combate ao trabalho escravo, compreendendo 324 estabelecimentos fiscalizados e resultando no resgate de 3.571 trabalhadores da condição análoga a de escravo. Do total de libertados,

cerca de 72% receberam três parcelas, no valor de um salário mínimo, do seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento.

É importante ressaltar que o seguro-desemprego dificilmente compreenderá a totalidade dos resgatados, por haver trabalhadores que não atendem aos requisitos do programa. As indenizações pagas pelos empregadores aos trabalhadores foram da ordem de R\$ 5.591.778,22 no período. No período 2003-2009, 30.461 trabalhadores foram resgatados da condição análoga a de escravo em operações do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Cadastro de Empregadores Infratores, outro instrumento inibidor da prática, registra em sua última atualização (31/12/2009) 163 nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga a de escravo.

O cadastro é fonte de consulta de bancos públicos e privados em análise de concessão de financiamento, bem como de empresas e entidades signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, criado e monitorado pelo Instituto Ethos, pela Repórter Brasil e pela OIT.

**VALORES EMPENHADOS
PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
2005/2009**

em R\$ milhões

2005	2006	2007	2008	2009 ¹	TOTAL
6,04	9,13	11,60	11,37	8,63	46,77

Fonte: SIGPlan

Qualificação Social e Profissional

A qualificação social e profissional é entendida como um direito do cidadão. A partir dessa premissa, os beneficiários do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) são estimulados a refletir sobre sua importância no mundo no qual estão inseridos, para que possam desenvolver atitudes críticas em relação ao novo mercado de trabalho e às novas formas de organização social. Nesse contexto, o PNQ contribui para ampliar as oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentam maior vulnerabilidade sócio-econômica.

No âmbito do PNQ, os Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs consistem em um instrumento que articula a ação de qualificação social e profissional a demandas efetivas de vários setores de atividade econômica, identificadas por meio de negociação coletiva com representantes de trabalhadores, empresários e movimentos sociais.

Em 2009, foram qualificados 45 mil trabalhadores em cursos para os setores da construção civil e turismo, no âmbito do Programa Próximo Passo, dos quais 44 mil

beneficiários eram do Programa Bolsa-Família. Além disso, em 2009, foram realizadas audiências públicas para a execução de projetos em 2010. Em cumprimento à Portaria Interministerial nº 127/2008, as entidades convenientes que irão realizar os cursos de qualificação foram selecionadas por meio de Chamada Pública de Parcerias, a partir de publicação de editais que especificaram os critérios e regras a serem seguidas no desenvolvimento dos projetos. Nesse sentido, para a execução de 35 projetos, foram selecionadas 42 diferentes parcerias – entidades privadas sem fins lucrativos - para a qualificação de 104 mil trabalhadores.

Os Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, como uma das vertentes do Convênio Plurianual Único, que integra ações de qualificação, intermediação de mão-de-obra, habilitação do seguro-desemprego e informações sobre mercado de trabalho, tem sido executado em todo o Brasil, qualificando, em 2009, 40 mil trabalhadores, resultado de convênios/aditivos firmados ainda em 2008. Em 2009, foram assinados 74 convênios/termos aditivos para a qualificação de 70 mil trabalhadores em todo o Brasil, cujos convenientes estão em procedimento de licitação, visando à contratação das entidades executoras dos cursos que serão realizados no exercício de 2010.

Desde sua instituição, em 2003, até dezembro de 2009, o PNQ já inscreveu em seus cursos 790 mil trabalhadores em todo o Brasil, e a meta para 2010 (70 mil trabalhadores) demonstra a preocupação do Governo Federal na preparação do trabalhador brasileiro para as novas oportunidades surgidas no mercado de trabalho, inclusive em decorrência da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Os novos projetos que serão realizados em 2010 priorizam os setores de construção civil, fruticultura, comércio, portuário, têxtil, vestuário, artesanato, moto frete, trabalho doméstico, serviços, siderurgia, bares e restaurantes, *telemarketing*, tecnologia da informação, comércio de combustíveis, turismo, indústria do carnaval e educação física. Além da continuidade da qualificação nos setores de turismo e construção civil para os beneficiários do Programa Bolsa-Família e qualificação em diversos.

¹ Houve uma queda nos valores empenhados em 2009 visto que o orçamento disponibilizado foi menor do que o dos dois anos anteriores.

VALORES EXECUTADOS NO PERÍODO 2007/2009 (EM R\$ MILHÕES)

AÇÃO	EMPENHADO			
	2007	2008	2009	TOTAL
PlanSeQ - 4725	18.130.502	80.391.566	89.399.720,25	187.921.788
PlanTeQ - 4728	61.515.991	37.313.880	45.731.296,50	144.561.168
Total	79.646.483	117.705.446	135.131.016,75	464.016.214

INDICADORES DO PROGRAMA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

INDICADOR	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO	COMENTÁRIOS
Carga Horária Média por Pessoa Qualificada	200	198,86	Trata-se de resultado parcial. A carga horária média considerada adequada para os cursos de qualificação desenvolvidos no âmbito do programa seguem o que consta definido na Resolução nº 575/08 Codefat e Termo de Referência (200 horas), podendo assim ocorrerem cursos com carga horária menor e outros com carga horária maior, de forma a manter a média de 200 horas, o resultado parcial próximo a 200 horas é satisfatório para fins de aferição do resultado da qualidade pedagógica dos cursos.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade	93	86,74	Trata-se de resultado parcial. O não alcance da meta estabelecida para este indicador demonstra a dificuldade de voltar o atendimento aos trabalhadores de mais baixa escolaridade, que tem se mostrado desinteressados em inscrever-se nos cursos oferecidos. O sistema de gestão das ações de emprego permite que as pessoas de baixa escolaridade, bem como as mulheres, jovens, negros e pardos, tenham prioridade de acesso aos cursos no momento de convocação dos educandos, tal como estabelecido nas Resoluções do Codefat. Entretanto, faz-se necessário que o MTE firme parcerias para que se consiga alcançar a população de mais baixa escolaridade.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres	136	133,6	Trata-se de resultado parcial.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos	125	130,42	
Taxa de Eficácia das Qualificações	95	95,18	
Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho	116	96	Trata-se de resultado parcial. O índice previsto para este indicador não pode ultrapassar 100%, isso porque não é possível o encaminhamento de mais de 100% do total de trabalhadores desocupados, portanto a previsão está incorreta. O que se busca aqui é encaminhar ao Mundo do Trabalho todos os educandos concluintes dos cursos que estejam sem ocupação. O resultado de 96% demonstra a integração da qualificação com a ação de intermediação de mão-de-obra, pois indica que esses trabalhadores foram encaminhados aos postos do SINE, ou a outro sistema de intermediação de mão de obra, ou diretamente a um emprego. Assim, os educandos que não foram encaminhados, ou não tiveram interesse, ou não tinham em sua localidade um posto de intermediação, ou conseguiram um emprego durante a realização dos cursos.
Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social	82	83,2	
Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR	10	1,42	Trata-se de resultado parcial. O índice apurado refere-se ao orçamento de 2008 com execução em 2009, tendo em vista que não houve execução em 2009 do orçamento no mesmo exercício. O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Assim, como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE aumentou de 2008 para 2009 e o orçamento da qualificação manteve-se, o índice apurado para este indicador diminuiu.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos)	215	185,73	Trata-se de resultado parcial.

Integração de Políticas Públicas de Emprego E Renda

O Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é de natureza finalística e ação continuada. Seu principal objetivo é atender ao trabalhador dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso ou ainda àqueles à procura de postos de trabalho. Visa à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por intermédio da execução integrada e articulada das ações, a fim de: elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE; reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades; e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira ao trabalhador conforme previsão legal.

Esse programa reúne a maioria das ações nucleares do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: “Pagamento do Seguro-Desemprego”, “Pagamento do Benefício Abono Salarial”, “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra”, “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED”, “Relação Anual de Informações Sociais – RAIS” e ainda, “Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS”.

O público-alvo das ações executadas pelo programa é o trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, à procura de postos de trabalho, e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial ou seguro-desemprego. Para

operacionalização das ações, são firmados convênios com os estados, o Distrito Federal e municípios com mais de 200 mil habitantes, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Parte das ações é também executada pelas unidades descentralizadas do próprio Ministério do Trabalho e Emprego – caso da habilitação ao seguro-desemprego e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; e por municípios via termo de cooperação técnica – caso também da CTPS. Ainda, o MTE mantém contratos com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, para pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

No contexto do aprimoramento e da expansão das políticas prioritárias, vale destacar a previsão de implantação, em 2010, de novo sistema informatizado para a gestão das ações de emprego desenvolvidas pelo MTE e respectivos parceiros.

O novo sistema terá base *web*, barateando o custo de sua expansão, e garantirá facilidades ao trabalhador e ao empregador, tais como: preenchimento do formulário de dispensa do seguro-desemprego via *web*, para empresas com certificação digital, e possibilidade de inscrição de trabalhadores e registro de vagas no Sistema Nacional de Emprego (SINE) via internet.

Haverá base de dados única, nacional e integrada, possibilitando intermediação de mão-de-obra interestadual e redução da duplicação de esforços entre unidades de atendimento. Espera-se, com o novo sistema, um significativo avanço na capilaridade da política pública de emprego e aproximá-la do cidadão.

O Programa tem cinco indicadores, cuja apuração segue:

INDICADORES DO PROGRAMA 0099 NO ANO DE 2009

INDICADOR	ÍNDICE PREVISTO NO PPA PARA 2009	ÍNDICE APURADO
Taxa de Aproveitamento de Vagas	51,01 %	39,31 %
Taxa de Captação de Vagas	14,14 %	16,91%
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal*	7,21 %	6,65 %
Taxa de Cobertura do Abono Salarial	97,00 %	92,56 %
Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego	63,28 %	80,06%

Fontes: Sigplan; Infoger/CSINE/CGER/DES/SPPE/MTE; CAGED/MTE; Caixa; Banco do Brasil; RAIS/MTE; Base de Gestão do SD/CGSAP/DES/SPPE/MTE.

* Dados do CAGED referentes ao público-alvo do SINE, que desconsidera falecimento, aposentadoria e transferência dos desligamentos; e transferência dos admitidos.

Os três primeiros indicadores referem-se à atuação do SINE em intermediação de mão-de-obra. A Taxa de Aproveitamento de Vagas é calculada pela relação percentual entre o número de trabalhadores colocados e o número de vagas captadas pelo SINE. Percebe-se que a capacidade do Sistema de preencher as vagas ofertadas ficou aquém do esperado, o que revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema

de descasamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sistema e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. O bom desempenho no índice Taxa de Captação de Vagas, que compara as oportunidades de emprego ofertadas ao SINE pelas empresas com as admissões registradas no Caged, pode ser atribuído à recuperação da economia após a crise, visto que o comportamento do indicador é fortemente sensível à disposição das empresas em contratar.

Quanto à Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal, é obtida pela comparação entre o número de trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho pelo SINE e os admitidos segundo registros do Caged. Assim, um aumento no índice depende de um crescimento da capacidade de colocação do SINE maior que crescimento do mercado de trabalho formal – o que não se verificou em 2009. Sobre a Taxa de Cobertura do Abono Salarial, esta ficou abaixo do esperado em virtude da conjunção de dois fatores: o aumento do número de trabalhadores identificados com direito ao benefício; e o atraso da notificação aos que ainda não efetuaram saques previstos para dezembro/2009, o que só ocorrerá em fevereiro de 2010. O último indicador, Taxa de Cobertura do Seguro-desemprego, é calculado pela comparação dos

beneficiários com a quantidade de demitidos sem justa causa conforme registros do Caged. Porém, há que se ressaltar uma mudança metodológica, em que deixaram de fazer parte do rol de ‘demitidos sem justa causa’ do Caged os trabalhadores com término de contrato por prazo determinado e término de contrato. Considera-se positiva a mudança, pois traz um retrato mais real da taxa de cobertura do seguro-desemprego; contudo a previsão no PPA considerava a metodologia antiga.

Tratando da execução global do Programa, pode-se considerar que seus objetivos foram atingidos. A execução financeira foi de 96,47%, influenciada pela alta execução das ações de maior vulto, como a Ação 0583 – “Pagamento do Seguro-desemprego” e a Ação 0581 – “Pagamento do Benefício Abono Salarial.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA 0099

DADOS FINANCEIROS	2009 (a)	2008 (b)	VARIAÇÃO % (a/b)
LOA + créditos (c)	R\$ 27.464.731.679	R\$ 20.970.290.429	30,97%
Empenhado (d)	R\$ 26.493.943.950	R\$ 20.532.242.930	29,04%
Realizado (e)	R\$ 26.493.943.950	R\$ 20.532.242.941	29,04%
% Execução	96,47%	97,91 %	-

Fonte: Sigplan

Na comparação com 2008, apesar de o percentual de execução financeira do Programa 0099 ter caído de 97,91% em 2008 para 96,47% em 2009, o volume de recursos realizados foi 29,04% maior no período. Esse aumento se deu, principalmente, para atender às despesas obrigatórias com pagamento de seguro-desemprego e abono salarial, que acompanham a valorização real do salário mínimo. No caso do seguro-desemprego, ademais, parte do comportamento de alta pode ser explicado pelo contexto de crise a partir do último trimestre de 2008, gerando, inclusive, concessão de parcelas extras do benefício a trabalhadores demitidos sem justa causa dos setores mais afetados, e crescimento expressivo da modalidade Bolsa-Qualificação, destinada a trabalhadores com contrato de trabalho suspenso.

Pagamento do Seguro-desemprego

O benefício do seguro-desemprego é concedido em cinco modalidades: Trabalhador Formal e Trabalhador Doméstico, que beneficiam os trabalhadores demitidos sem justa causa; Pescador Artesanal, concedido àquele trabalhador que fica impedido de exercer sua atividade nos períodos de defeso para reprodução da espécie pescada; Trabalhador Resgatado, para aqueles comprovadamente resgatados de regime de trabalho forçado ou da condição

análoga à de escravo; e Bolsa-Qualificação, que auxilia os trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, objetivando à preservação do emprego. A principal ação orçamentária referente ao seguro-desemprego é a de número 0583 - Pagamento do Seguro-desemprego, que contempla o pagamento na modalidade Trabalhador Formal. Nessa modalidade, foram beneficiados, em 2009, 6.855.912 trabalhadores demitidos sem justa causa, o que representa 111,70% da meta estipulada na Lei Orçamentária Anual – LOA. A execução orçamentária da Ação foi de R\$ 18.583.309.381 no ano, ou 96,46% dos recursos disponíveis, patamar considerado satisfatório. Ao longo do ano, foi preciso recorrer a créditos adicionais para todas as modalidades do seguro-desemprego, exceto Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo.

Isso se deveu ao crescimento do número de trabalhadores beneficiados, mas também ao aumento do salário mínimo em patamar mais elevado que o previsto quando do Projeto de Lei Orçamentária de 2009 (o PLOA utilizou como referência o salário mínimo a R\$ 456,66 a partir de fevereiro, mas o efetivo valor aprovado foi R\$ 465,00). No caso da ação 0583 – Pagamento do Seguro-desemprego, o quadro a seguir contém a lista de créditos adicionais autorizados no exercício, e sua caracterização.

CRÉDITOS ADICIONAIS À AÇÃO 0583

VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R\$)	TIPO DE CRÉDITO	DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR
567.540.959	Suplementar	Decreto S/Nº de 30.07.2009 (D.O.U. 31.07.09)
1.000.000.000	Suplementar	Decreto S/Nº de 13.10.2009 (D.O.U. 14.10.09)
1.219.445.116	Suplementar	Decreto S/Nº de 15.12.2009 (D.O.U. 15.12.09)

Fonte: Diário Oficial da União

Pagamento do Benefício Abono Salarial

O benefício Abono Salarial é um importante instrumento de combate às desigualdades individuais de renda, com vistas a propiciar a melhoria da qualidade de vida das populações menos favorecidas, uma vez que é destinado aos trabalhadores com faixa salarial de até dois salários mínimos. Em 2009, foram 15.994.432 beneficiários do Abono Salarial, correspondendo à superação em 4,38% da meta prevista na LOA. A execução financeira da ação alcançou R\$ 7.564.506.704, ou 97,99% do valor de LOA mais créditos em 2009, patamar considerado satisfatório. Ao longo do ano, foi preciso recorrer a créditos adicionais para custear a ação, devido ao aumento do salário mínimo em patamar mais elevado que o previsto quando do Projeto de Lei Orçamentária de 2009.

CRÉDITOS ADICIONAIS À AÇÃO 0583

VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R\$)	TIPO DE CRÉDITO	DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR
637.773.212	Suplementar	Decreto S/Nº de 30.07.2009 (D.O.U. 31.07.09)
66.215.529	Suplementar	Decreto S/Nº de 15.12.2009 (D.O.U. 15.12.09)

Fonte: Diário Oficial da União

Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra

A ação refere-se ao serviço prestado por meio do Sistema Nacional de Emprego – SINE, de intermediação entre trabalhadores à procura de emprego e aqueles em busca de mão-de-obra, como forma de reduzir o tempo de desemprego, com o objetivo de diminuir o desemprego friccional e permitir um funcionamento mais eficiente do mercado de trabalho. A ação acompanha a descentralização da execução via convênios com estados, DF, municípios com mais de 200 mil habitantes e entidades privadas sem fins lucrativos. Em 2009, foram recolocados no mercado de trabalho 1.076.248 trabalhadores com o auxílio do SINE, ou 100,76% do desempenho em 2008. A estabilidade no desempenho – apesar do crescimento da rede de atendimento, para 1.300 postos –, pode ser atribuída à crise econômica mundial, cujos impactos ainda se sentiam no Brasil nos primeiros meses do ano.

A execução financeira da ação pode ser considerada positiva, tendo sido empenhados, segundo registros do Siafi, R\$ 93.049.787, ou 92,09% dos recursos disponíveis na LOA. Esse resultado deriva do contingenciamento de recursos ao longo do ano, com liberação de limites apenas na segunda quinzena de dezembro; e também das dificuldades associadas ao uso do Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse por novos parceiros. A despeito desses problemas, foram firmados 18 (dezoito) novos convênios para execução das ações de intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação social e profissional, o que pode ser considerado um excelente resultado. No âmbito das ações implementadas pelo Governo Federal com vistas a reduzir as desigualdades regionais, vale destacar que o

critério de distribuição dos recursos do SINE privilegia os estados e municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com 10% a mais de recursos que os entes federativos das Regiões Sul e Sudeste.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

O registro administrativo CAGED destina-se a acompanhar as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista, para subsidiar o pagamento do seguro-desemprego e manter atualizada a base de dados de empregados e desempregados, permitindo, assim, a geração de dados e informações sobre o mercado de trabalho. A ação registra as admissões e desligamentos processados, e o pagamento de contratos com os Correios e de manutenção de sistemas informatizados. Em 2009, foram registrados 31.380.170 admissões e desligamentos, correspondendo a um saldo positivo de 995.110 postos de trabalho em 2009, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira internacional, que foram sendo diluídos ao longo do ano. O comportamento favorável do emprego formal no ano de 2009 reforça o processo de recuperação da atividade econômica, com efeitos positivos sobre o dinamismo do mercado de trabalho formal. Desde 2003, vem se consolidando uma posição positiva no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos dos empregos gerados. A execução financeira alcançou R\$ 13.399.562, ou 82,21% da LOA. Esse desempenho foi influenciado pela equação do contrato de processamento de dados, que determina que quanto maior a movimentação, menor o valor unitário.

Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A RAIS processa informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando a identificar os beneficiários do Abono Salarial, bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. A ação registra os vínculos empregatícios processados, e o pagamento de contratos com os Correios e com a manutenção de sistemas informatizados. Sendo a RAIS um registro administrativo anual, o desempenho físico da ação é computado uma única vez ao ano, quando concluído o processamento da RAIS do ano anterior. A RAIS 2008, divulgada em setembro de 2009, registrou 62.136.537 vínculos empregatícios declarados até o dia 31/07/2009, por 7,7 milhões de estabelecimentos. O número total de empregos formais registrados no Brasil alcançou 39,4 milhões em dezembro de 2008, representando um crescimento de 4,88% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2007. Esse desempenho equivaleu ao acréscimo de 1,8 milhão de postos de trabalho formais em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A leitura dos dados da RAIS mostra que, de 2003 a 2008, foram criados 10,8 milhões de empregos celetistas e estatutários, os melhores resultados verificados até então, com média anual de 1,8 milhão de empregos. A execução financeira da ação alcançou R\$ 10.544.587, ou 80,15% da LOA. Em 2009, chegou a ser solicitado crédito adicional à Ação, conforme discriminação no quadro a seguir, para atender a demandas excepcionais de processamento associadas à transição de sistemas entre empresas prestadoras de serviços de informática, porém os custos da ação foram menores que os esperados.

CRÉDITO ADICIONAL À AÇÃO 2621

VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R\$)	TIPO DE CRÉDITO	DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR
1.056.623	Suplementar	Decreto S/Nº de 04.06.2009 (D.O.U. 05.06.09)

Fonte: Diário Oficial da União

Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

A CTPS permite a inserção do cidadão no mercado de trabalho pela sua identificação, para fins de registro

profissional e anotações de interesse da Previdência Social. A ação propicia a aquisição, distribuição e provimento de estoque da CTPS, bem como de equipamentos e outros insumos para sua confecção, e implantação do sistema de controle de emissão informatizada. Atualmente, encontram-se em circulação dois modelos distintos de Carteira de Trabalho: a tradicional, e a informatizada, que incorporou diversos itens de segurança que preservam o conteúdo do documento, dificultando a fraude. Para o modelo informatizado, adotou-se um controle nacional, com a utilização de numeração única e cadastramento no PIS/PASEP no ato da solicitação.

Em 2009, foram emitidas em todo o país 5.106.668 CTPS, sendo 3.079.963 do modelo manual e 2.026.705 do modelo informatizado. Esse resultado corresponde a 89,07% da meta para o ano, e pode ser parcialmente atribuído à greve de servidores do MTE, ocorrida entre novembro e dezembro, que prejudicou a emissão do documento nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. A execução financeira da ação ficou comprometida pelo contingenciamento de limites orçamentário e financeiro, chegando a apenas 54,73% do autorizado na LOA. O corte inviabilizou importantes aperfeiçoamentos operacionais, como o projeto de “personalização” da CTPS, mediante o qual espera-se, no futuro, estabelecer contrato único para impressão, distribuição e emissão da Carteira. Ainda, vale registrar a implantação, em escala piloto, do Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), que, na forma de cartão magnético, passa a integrar CTPS informatizada, com o objetivo de modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, economizando recursos.

Economia Solidária em Desenvolvimento

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento destina-se ao apoio e fomento de iniciativas econômicas de base coletiva e autogestionária, em áreas urbanas e rurais, englobando atividades de produção, prestação de serviços, finanças, comercialização e consumo. Em 2009, o foco permaneceu no fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), principalmente por meio das ações a seguir descritas.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA 1133

DADOS FINANCEIROS	2009 (A)	2008 (B)	VARIÇÃO % (A/B)
LOA + créditos (c)	28.123.068	31.523.187	-11,79
Empenhado (d)	26.816.303	22.051.111	21,61
Realizado (e)	10.733.721 *	14.889.945	-18,91
% Execução	95,35	69,95	-

Fonte: Sigplan

*Dados até 22/01/2010

Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários

Até 2009, foram apoiadas 76 incubadoras universitárias de Economia Solidária de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, em parceria com o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), beneficiando cerca de 600 EES. Em parceria com o Ministério da Educação e com a Financiadora de Estudos e Projetos, foram apoiados e beneficiados mais 31 programas e projetos das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária

Foram implementados Núcleos Estaduais de Assistência Técnica (Neates) nos estados do Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sendo que os três primeiros foram convênios firmados ainda em 2008 e o último convênio firmado em 2009. Além disso, foi firmada parceria com o governo do estado do Amapá para o apoio à assistência técnica aos EES daquele estado, entre outros estados.

Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária

Foram formados mais 300 gestores governamentais das esferas federal, estadual e municipal, sendo 100 servidores federais do MTE, do BNDES, da Finep e de outros ministérios e órgãos públicos federais, os quais vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária. Foram também iniciadas as atividades de Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), sendo cinco regionais (Nordeste, Centro Oeste, Norte, Sul e Sudeste) e mais um Centro Nacional de Formação, que

proporcionaram a capacitação de mais de 2 mil formadores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários em todas as Unidades da Federação. Importante destacar que dos Centros Regionais de Formação, quatro deles são referentes a convênios firmados em 2008 e o quinto, referente ao Centro Regional de Formação da região Sul, a convênio firmado em 2009.

Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários

Foram gastos R\$ 2,768 milhões referentes ao pagamento da segunda parcela para convênio firmado com entidade selecionada em chamada pública realizada no ano de 2008 para o desenvolvimento do projeto Comercialização Solidária. No âmbito do projeto apoiou-se a realização de feiras regionais, estaduais e nacionais de economia solidária, além de assessoria e articulação de empreendimentos econômicos solidários para realizarem a comercialização de seus produtos e serviços. Foram beneficiados mais de 3.600 empreendimentos no contexto desta ação.

Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário

Foram selecionadas dez entidades para capacitar novos agentes, que ao final do processo, totalizarão 532 agentes trabalhando em comunidades pobres rurais e urbanas em todo o território, abrangendo quilombolas, indígenas, desempregadas dos grandes centros urbanos, mulheres, entre outras. Estes agentes estão apoiando e acompanhando mais de 680 empreendimentos econômicos solidários que atingem mais de 77.630 mil trabalhadores.

INDICADORES DO PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

INDICADOR	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO
Número de trabalhadores inseridos social e economicamente por meio de empreendimentos econômicos solidários	1.250.000	1.687.496
Percentual de trabalhadores da economia solidária que recebem menos de 1 salário mínimo	76	41
Taxa de participação da economia solidária no PIB	0,59	0,3

Os indicadores do programa foram elaborados para utilizar como fonte a base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O primeiro mapeamento da economia solidária foi realizado em 2005, tendo sido ampliado em 2007. Nele foram identificados como economia solidária 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), nos quais participam quase 1,7 milhão de trabalhadores. Porém, o mapeamento só alcançou 52% dos municípios brasileiros. Apesar destes limites e de se tratar de uma base nova, trata-se da única fonte em que de fato é possível visualizar a economia solidária, ou seja, atividades econômicas de base associativa e autogestionária. Nas demais bases de dados, como as do IBGE, não existem categorias como “trabalhadores associados” ou “empreendimento econômico solidário”,

por isso não é possível identificar com precisão as informações sobre a economia solidária. Um segundo problema que dificulta a coleta de dados para a aferição necessária para o preenchimento dos indicadores é que, devido à capacidade financeira e operacional, os dados somente estão sendo coletados a cada três anos, conforme disciplina a Portaria MTE nº 30/2006. Desta maneira, os dados que hoje possuímos ainda são relativos ao período de 2007, quando foi realizada a última atualização da base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Desta maneira, não é possível perceber alteração dos indicadores do ano de 2008 para o ano de 2009.